



RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA

**MULTIDIMENSÃO
E
TERRITÓRIOS DE RISCO**

**III Congresso Internacional
I Simpósio Ibero-Americano
VIII Encontro Nacional de Riscos**

**Guimarães
2014**

A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC-BRASIL) COMO FATOR DE AGRAVAMENTO DE RISCOS SOCIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

João Vitor Gobis Verges

Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, , Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Bolsista da CAPES nº 9719-130.
vitorverges@gmail.com

Braúlio José Carvalho Luna

Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, , Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
bjcluna@hotmail.com

Rômulo Lima Silva de Góis

Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, , Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Bolsista da CAPES nº 1471-139.
romulo.gois@yahoo.com.br

RESUMO

A partir do ano de 2009 se estabelece no Brasil a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). As diretrizes gerais desta política designaram mecanismos territoriais de mitigação das ações dos Gases de Efeito Estufa (GEE), sendo uma das normativas o plantio de cana-de-açúcar em larga escala, visando a produção de etanol combustível. Neste contexto, este trabalho evidencia como as diretrizes gerais da PNMC se territorializaram na região do Pontal do Paranapanema-SP-Brasil, ampliando os riscos de vulnerabilidade social dos assentamentos rurais de reforma agrária. Para isso, realizou-se revisões bibliográficas e busca de dados primários e secundários sobre o impacto da PNMC no Pontal. Desse modo, observou-se que a partir de 2009 houve um aumento da produção de cana-de-açúcar na região baseado no “lobby” sucroalcooleiro, fato que fortaleceu a atividade monocultora e impactou negativamente os cultivos biológicos de alguns assentamentos, diminuindo a capacidade de participação destas populações em políticas agrícolas e concatenando a diminuição da renda, da produção e das condições de vida do campesinato. Este contexto forçou muitos dos assentados a se deslocarem para outras atividades econômicas, trabalhando em condições de precariedade nas usinas de açúcar e álcool ou em subempregos nas sedes urbanas dos municípios.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Alterações climáticas; Espaço agrário; Campesinato.

Introdução

No cenário geral das discussões globais sobre o clima e os efeitos negativos da atuação econômica do capitalismo, surgem propositivas baseadas na mitigação da ação dos gases com efeito estufa (GEE). Este fato faz com que algumas políticas direcionadas sejam construídas em certos países, como a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), em 2009, no Brasil. Neste país, a cana-de-açúcar se configura como um elemento crucial na substituição de combustíveis fósseis. Assim, observa-se na região do Pontal do Paranapanema-SP um avanço significativo deste cultivo.

Nesta área, ocorreu o processo de afirmação territorial do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), buscando se colocar como agente produtivo e ocupar os espaços de terras não utilizados ou obtidos ilegalmente pelos grandes fazendeiros da região. Com isso, tem-se uma dualidade criada no Pontal, assentamentos rurais de reforma agrária de um lado e a produção monocultora da cana-de-açúcar, pelo grande capital aliados aos fazendeiros, do outro.

Sendo assim, este texto busca demonstrar aspectos que podem ser interligados à existência da PNMC e sua dinâmica no Pontal, fazendo com que o agronegócio da cana ganhe força e, paulatinamente, contribua para a precarização da vida do campesinato regional.

Para isso, estabeleceu-se a revisão bibliográfica, a leitura e interpretação de dados secundários e terciários, trabalhos de campo e análise, em termos de método, compostos via estruturas da dialética.

A conjuntura da formulação de ações voltadas às alterações climáticas globais e a instauração da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) no Brasil

Desde as três últimas décadas do século XX, o debate relacionado ao desenvolvimento econômico e seus entraves ambientais tomaram a pauta dos encontros e mecanismos de atuação produtiva e política nos âmbitos internacionais. Neste processo, a partir do relatório Brundtland (1987) e das intervenções do IPCC (1988/2007/2013), entre outros organismos, certos impactos sobre o ambiente foram conjugados numa escala mais ampla, nomeadamente no prisma do clima e de seus subsistemas.

Tendo isto em vista, as articulações políticas em torno dos países possuidores de aparatos de desenvolvimento poluentes fizeram com que algumas propostas para a contenção das emissões de GEE para a atmosfera fossem erguidas e, neste caso, se aproximassem das esferas limpas do desenvolvimento. Sendo assim, surgem, em alguns países, as políticas nacionais sobre as mudanças do clima ou, nomeadamente, às alterações climáticas antrópicas.

O caso brasileiro segue este contexto de desdobramento de ideias e intenções dos aparatos econômicos e políticos da conjuntura global. No ano de 2009, como fruto das afirmações e compromissos assumidos globalmente, instaura-se a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), com um enumerado de objetos que visam a diminuição geral das emissões de poluentes atmosféricos.

Dentro deste instrumento, figura um importante mecanismo de mitigação e adaptação às alterações climáticas - pelo impacto e substancialidade territorial - que é a produção de biocombustíveis renováveis para a substituição da energia com proveniência fóssil. Neste caso, tomando especificamente o Brasil, o Etanol é o elemento chave enquanto energia renovável e se retira através da cana-de-açúcar plantada em grandes áreas com base monocultora.

Como se pode observar, consta na PNMC brasileira as indicações para,

[...] Programa de Zoneamento da Cana-de-Açúcar - Visa fornecer ao governo federal as informações necessárias para que o País cresça no desenvolvimento da produção da cana-de-açúcar de forma sustentável e de acordo com cada estado da federação. Visa promover uma discussão sobre o desenvolvimento das culturas energéticas e de grãos (PNMC, 2009, p.69).

Neste sentido, o agronegócio sucroalcooleiro no Brasil ganhou enorme força conceitual e diretiva, visto que se alinha às principais medidas de controle do internacionalmente discutido *Global Warming*. Com este processo, temos uma dualidade criada pela caracterização territorial de uma política voltada ao ambiente e as perspectivas históricas ligadas à apropriação do território pelo grande capital em terras brasileiras.

Historicamente, como afirmam Fernandes (2007), Thomaz Jr (2013), Oliveira (2008) e Feliciano (2011), a concentração de terras no país está ligada à posse ilegal por parte de intentos monocultores. Este fato também é responsável pela expurgação da propriedade campesina e do trabalho familiar. Atualmente, a concentração de terras pelo agronegócio, e nele o sucroalcooleiro,

se mantém dentro das origens predatórias e centralizadoras da ilegalidade da posse das terras (THOMAZ JR, 2013).

A partir disto, tem-se a realidade territorial do Pontal do Paranapanema-SP, região em que o processo de afirmação da produção de cana-de-açúcar é uma realidade e que, no contexto da construção da PNMC, se observou um aumento da produção deste vegetal voltado à obtenção do Etanol e a precarização da vida e do trabalho nos assentamentos rurais de reforma agrária que circundam como vizinhança as áreas monocultoras.

O Pontal do Paranapanema-SP e a dualidade histórica entre campesinato e agronegócio: análise sobre a expansão da cana-de-açúcar e a fragilização dos atores sociais ligados ao campo.

No Estado de São Paulo, Brasil, configura-se uma região amplamente agredida ambientalmente pelos intentos de atores sociais que se territorializaram a partir da posse ilegal das terras, chamada Pontal do Paranapanema. Em contraponto aos proprietários ilegais, levantou-se no local, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a luta pela possibilidade do campesinato de trabalhar e sobreviver de seus cultivos, retirando, então, as áreas burladas pelos fazendeiros.

Neste processo, instaura-se, via luta social e Estado, os assentamentos rurais de reforma agrária, em que as famílias dos camponeses obtêm a permissão de residir e produzir em seu lote de terra, favorecendo o mercado regional e ampliando as condições de vida do campesinato. Entretanto, o jogo territorial e as nuances das conjecções de forças não permite o pleno funcionamento da regra geral dos assentamentos rurais.

De fato, como demonstra Massaretto Verges (2013), o avanço da cana-de-açúcar a partir do ano da criação da PNMC é inegável. Isto fez com que as práticas comuns em grandes plantios prejudicassem os intentos produtivos, ligados à agroecologia, dos assentamentos.

O modelo agroecológico prevê uma interação positiva entre meio ambiente e produtividade agrícola (ALTIERI, 2002). Neste passo, a dinâmica geral de produção se baseia nos produtos biológicos e na interação com o mercado regional. Entretanto, com a pulverização de agrotóxicos nas áreas monocultoras da cana, os cultivos dos assentados são, também, contaminados, perdendo seu valor comercial (BARRETO; THOMAZ JR, 2012).

Este tipo de acontecimento tem caracterizações econômicas importantes, pois impedem que os assentamentos rurais participem plenamente de projetos como o PAA (Programa de aquisição de Alimentos). Esta política pública visa comprar dos pequenos produtores rurais os resultados dos cultivos em seus lotes, bonificando a agroecologia. Entretanto, ao se identificarem com a contaminação de sua produtividade, são prejudicados economicamente e não podem se inserir no projeto com plenitude.

Outro fato são as ocorrências de parcerias entre usinas e assentados para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar. Segundo estudos de Massaretto (2010), as usinas plantaram o vegetal em assentamentos rurais com recursos providos de empréstimos no nome dos assentados. No final da colheita, não houve pagamento efetivo sobre a cana plantada e, em muitos casos, não ocorreu a colheita, deixando os camponeses endividados e impossibilitados de se reestruturarem para se inserir no mercado regional novamente.

Estes fatores, em si, fazem com que a dificuldade e precariedade da vida levem os camponeses a se proletarizar como mão-de-obra barata dentro das próprias usinas e nas sedes urbanas dos municípios próximos, enquadrando-se no subemprego e no trabalho tercerizado (BARRETO; THOMAZ JR, 2012).

Conclusões

Visto o processo geral de afirmação da PNMC no Pontal do Paranapanema-SP, conjecturando um instrumento de força e ativação da produção de cana-de-açúcar, percebe-se que os desdobramentos deste modelo político-ambiental podem ser ineficazes em sua plenitude. Sendo assim, esta política, no caso desta abordagem local, busca privilegiar mecanismos de mitigação às alterações climáticas antrópicas globais, favorecendo a queda de emissão de Gases com Efeito Estufa (GEE), entretanto, é, também, responsável pela conjecturação da ampliação da precariedade da vida em assentamentos rurais de reforma agrária.

Bibliografia

- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba:Agropecuária, 2002.
- BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JR, Antonio. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. In. Revista Pegada. Vol. 13. Nº2, 2012. P. 46-68.
- FELICIANO, Carlos Alberto . Pela retomada das terras públicas do Pontal do Paranapanema. Boletim Dataluta, v. 46, p. 02-5, 2011.
- FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campeonato, reforma agrária e agronegócio. In. Reforma Agrária, v. 34, p. 77-94, 2007.
- MASSARETTO VERGES, Nivea. Agroecologia: uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para os assentamentos rurais. Caminhos de Geografia (UFU), v. 14, p. 237-253, 2013.
- MASSARETTO VERGES, Nivea. Crítica à noção de multifuncionalidade rural em assentamentos rurais de reforma agrária no Pontal do Paranapanema-SP. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: UNESP, 2013.
- MASSARETTO, Nivea. Impactos do plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP: alterações físico-químicas nos solos dos assentamentos rurais Santa Teresinha da Alcídia, Laudenor de Sousa e Vô Tônico. Presidente Prudente: [s.n.], 2010.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino . Território de quem?. Revista sem Terra, v. 47, p. 17-31, 2008.
- THOMAZ JR, Antonio. O novo ambiente institucional na Agroindústria Canaveira Paulista e a luta pela terra. Uma peleja para a classe trabalhadora. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 14, p. 3-38, 2013.